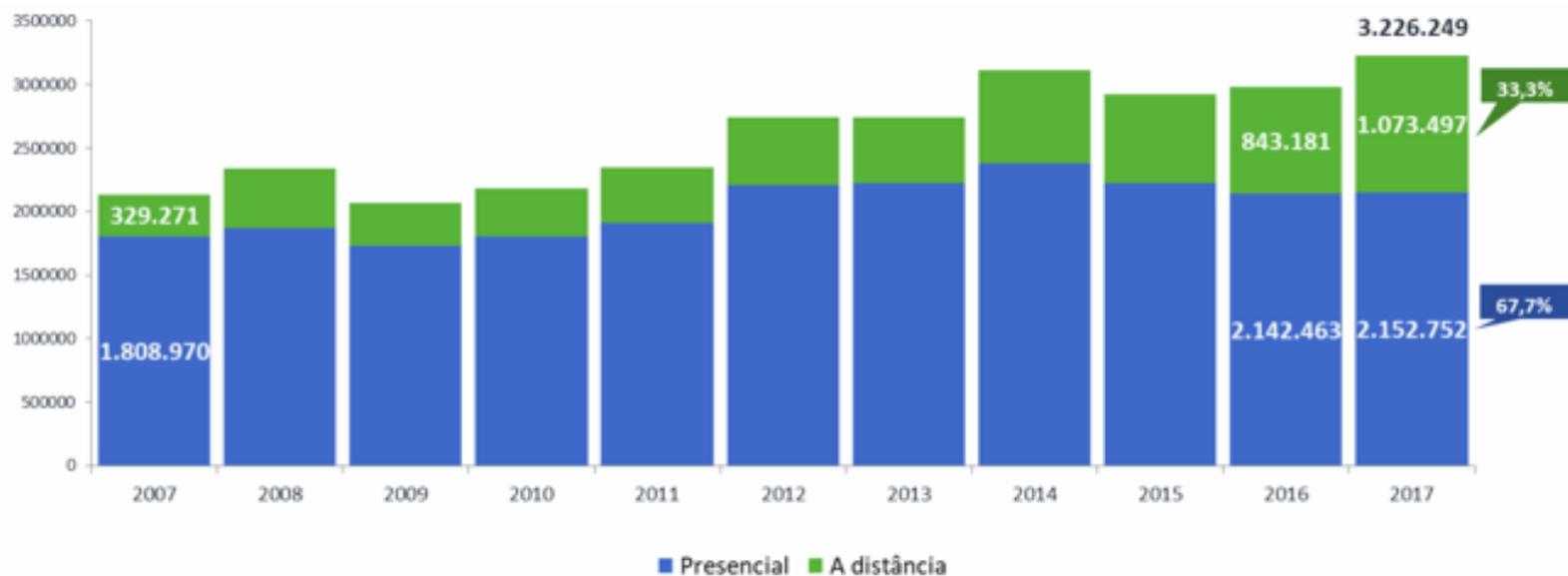


Panorama do Ensino Superior a distância nas IPES :
Desafios para a institucionalização nas Universidades
Federais

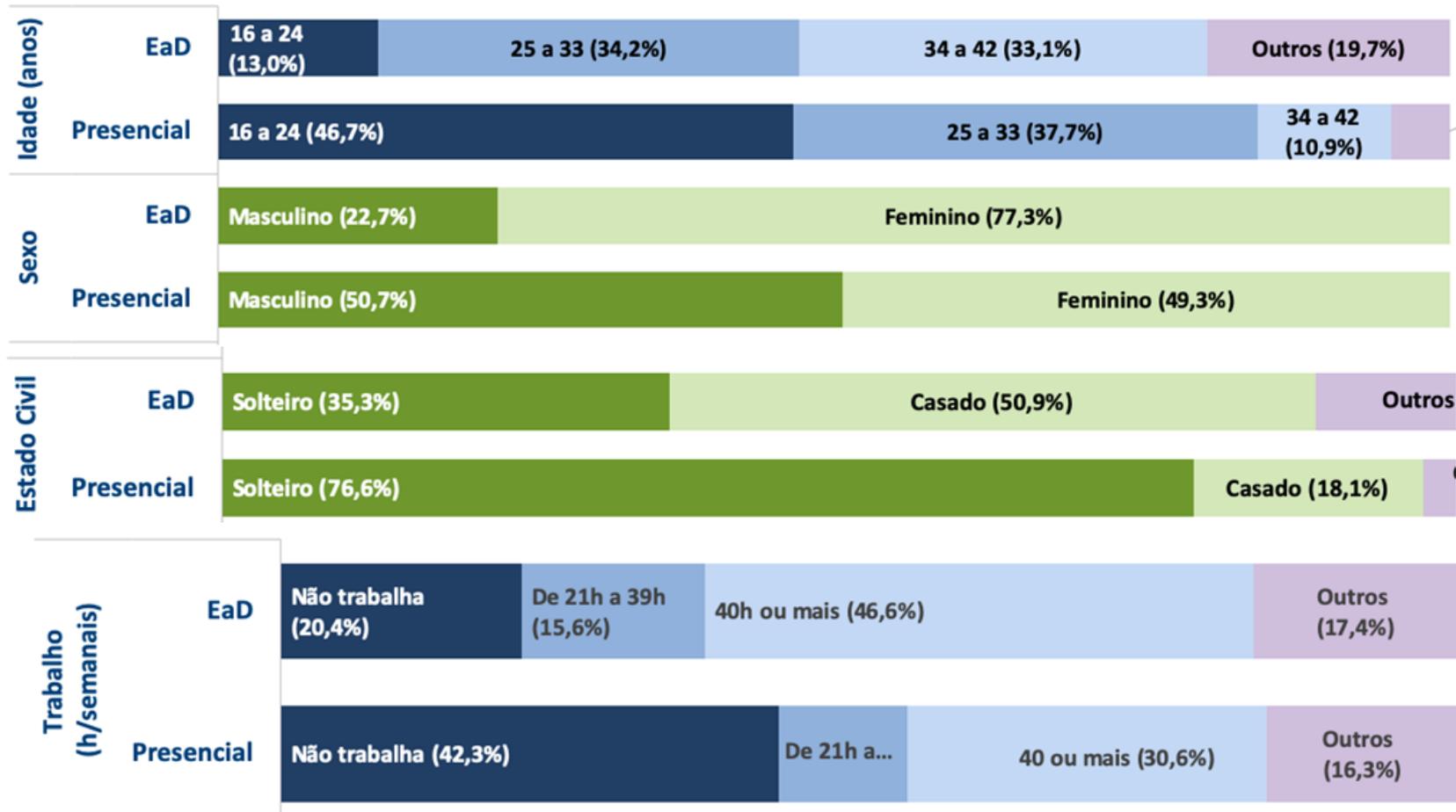
Marília de Goyaz – UFG
Presidente do Fórum Nacional de Coordenadores
UAB

Crescimento da EaD – Censo da Educação Superior



Número de Ingressos em Cursos de Graduação por Modalidade de Ensino – 2007-2017

Características predominantes dos estudantes concluintes - Enade 2017 por Modalidade de Ensino (Fonte: INEP)



Políticas Públicas de EaD no Brasil

- 1995 – Criação da SEED/MEC
- LDBEN – Lei 9394/1996, Artigo 80 – Novo Status para a EaD
- Segundo Almeida e Costa (2009), essa Lei desencadeou o processo de reconhecimento da educação a distância no Brasil e passou a exigir uma definição de políticas públicas e estratégias para sua implementação e consolidação no interior das Instituições de Ensino Superior (IES).
- As disparidades dos dados do censo escolar de 2000 em relação ao número de professores com formação superior atuando no ensino básico chamaram a atenção do Estado.

Políticas públicas de EaD no Brasil

- 2001 – Lei Nº 10.172/2001, estabelece o PNE, que no capítulo 06 – Educação a Distância e tecnologias Educacionais preconiza que:

[...] no processo de universalização e democratização do ensino, especialmente no Brasil, onde os déficits educativos e as desigualdades regionais são tão elevados, os desafios educacionais existentes podem ter, na educação a distância, um meio auxiliar de indiscutível eficácia. O Ministério da Educação, nesse setor, tem dado prioridade à atualização e aperfeiçoamento de professores para o ensino fundamental e ao enriquecimento do instrumental pedagógico disponível para esse nível de ensino.

- Não ocorreram mudanças significativas até 2006.

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



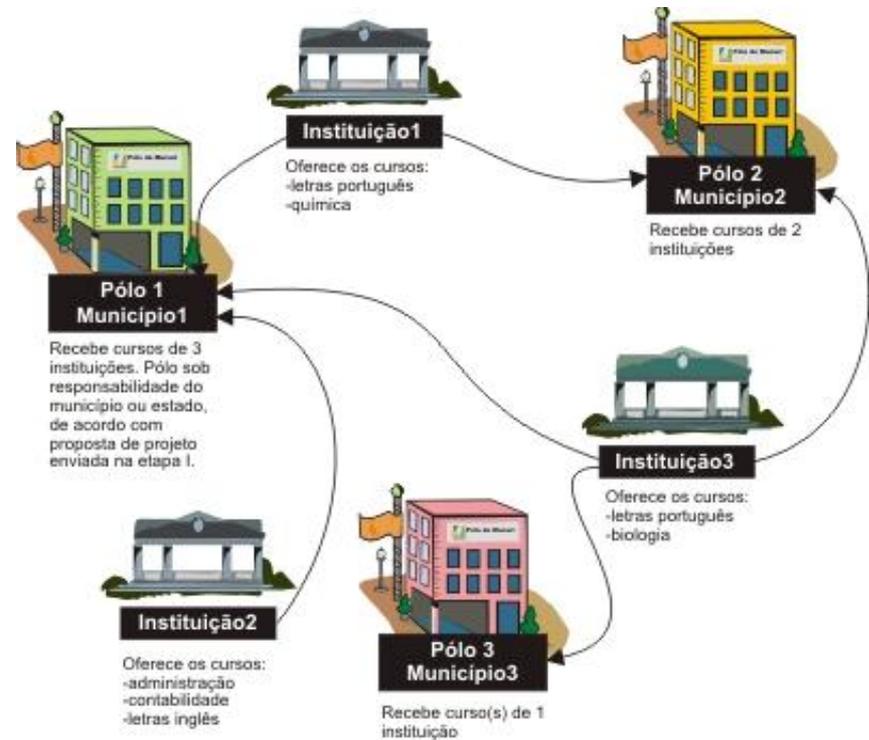
Criado pelo Ministério da Educação, em 2005, no âmbito do Fórum das Estatais pela Educação, para a articulação e integração de um sistema nacional de educação superior a distância e instituído em 2006 (Decreto 5.800/2006). Em caráter experimental, visa sistematizar as ações, programas, projetos, atividades pertencentes as políticas públicas voltadas para a expansão e interiorização da oferta do ensino superior gratuito e de qualidade no Brasil.

Objetivo estratégico:

- Minimizar o déficit de professores da Educação Básica, formando quadro de profissionais formados em cursos de Licenciatura. Assim, as vagas ofertadas pelo Sistema UAB são prioritariamente para cursos de formação inicial e continuada de professores;
- Em número menor, o Sistema também tem atuado na formação inicial e continuada de gestores públicos

MODELO

- Propicia a articulação, a interação e a efetivação de iniciativas de parcerias dos três níveis governamentais (federal, estadual e municipal)
- Agregação consorciada de IES públicas;
- Apoio de polos presenciais mantidos por estados, municípios e IES;
- Uso de recursos de mediação pedagógica online e materiais didáticos;
- Fomento via CAPES.



UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL

O Programa

- Oferta de cursos superiores por meio da educação a distância (EaD), com 135 Instituições Públicas de Ensino Superior atuando em 777 polos de apoio presencial ativos em todo o Brasil para a formação inicial e continuada dos professores da educação básica, assim como, dirigentes, gestores e trabalhadores em educação dos estados, municípios e do Distrito Federal.

Últimos Editais

- Edital n.º 75/2014: 205.000 vagas.
- Edital n.º 5/2018: lançado em 01 de março, com preenchimento de mais 100.000 vagas a partir de agosto/2018.

IPES do Sistema UAB - Brasil



UAB – Edital 05/2018

Dados da Inscrição	Quantidade	
IPES participantes do Edital	113	
Distribuição das IPES por categoria administrativa	Quantidade	%
Federais	83	73
Estaduais	30	27
Municipais	0	0
Total	113	100
Distribuição das IPES por região	Quantidade	%
Norte	16	14
Nordeste	35	31
Centro-Oeste	12	11
Sudeste	31	27
Sul	19	17
Total	113	100

Distribuição de vagas por região	Quantidade	%
Nordeste	35.050	33
Centro-Oeste	11.320	10
Norte	11.390	11
Sudeste	29.970	28
Sul	19.915	18
Total	107.645	100

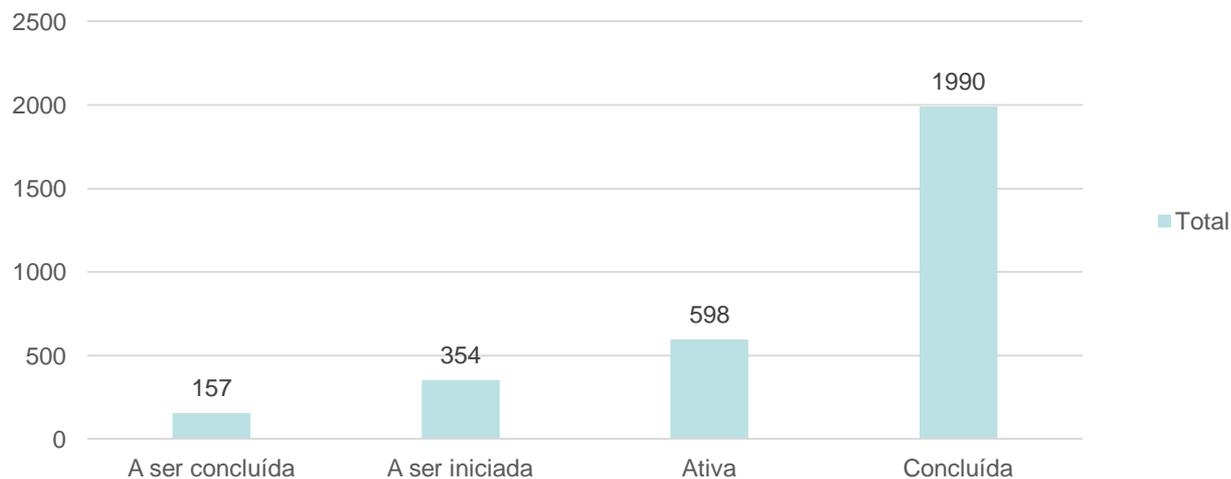
UAB – Polos por Região

Região	Municípios com população < 100.000 habitantes*	Municípios com população >= 100.000 habitantes*	TOTAL
CENTRO-OESTE	57	9	66
NORDESTE	202	46	248
NORTE	68	18	86
SUDESTE	137	96	233
SUL	118	26	144
TOTAL	582	195	777

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



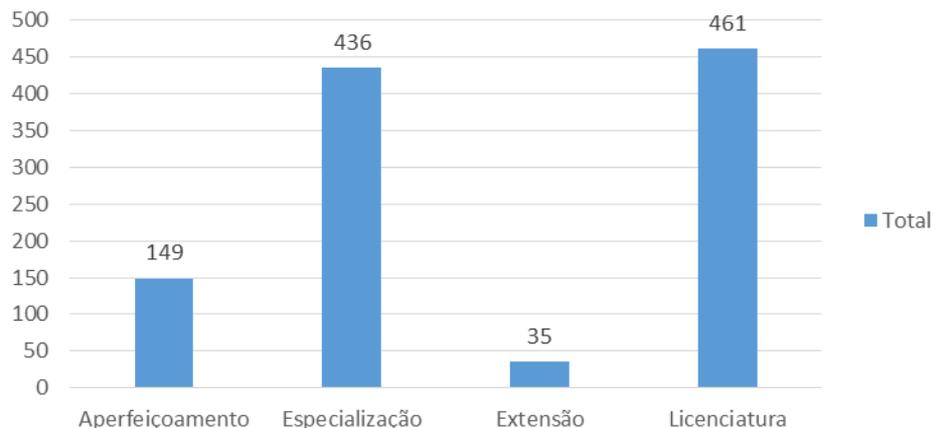
Ofertas de Cursos da UAB para Formação de Professores
(Licenciatura, Extensão, Aperfeiçoamento e
Especialização - 3099) – SisUAB 08/2019



PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL



Cursos da UAB para Formação de Professores por Nível - 08/2019



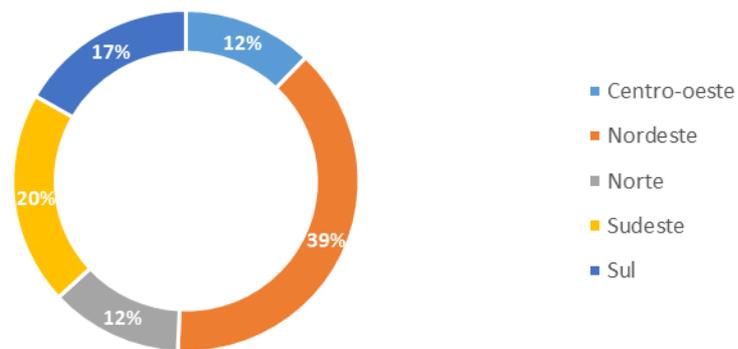
Nível	Cursos
Aperfeiçoamento	149
Especialização	436
Extensão	35
Licenciatura	461
Total Geral	1081

PROGRAMA UNIVERSIDADE ABERTA DO BRASIL (SisUAB 2019)

Regiões	Cursos de Licenciatura
Centro-oeste	56
Nordeste	178
Norte	57
Sudeste	93
Sul	77
Total Geral	461



Cursos de Licenciatura da UAB por Região - 08/2019

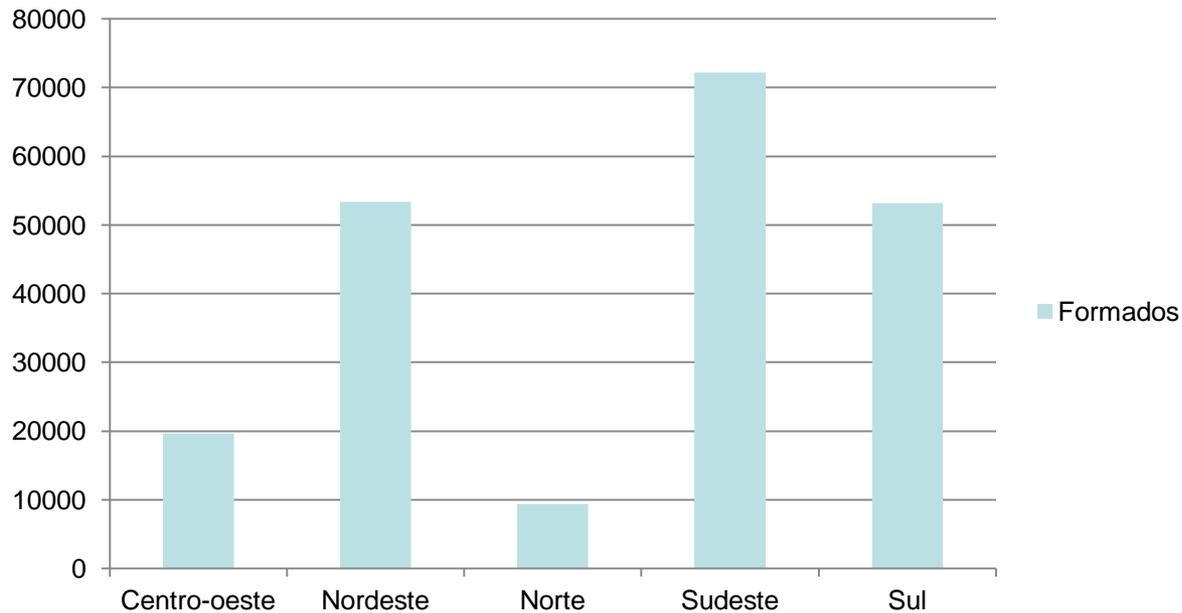


Distribuição de formados por região	Quantidade	%
Centro-oeste	19692	9
Nordeste	53392	26
Norte	9369	5
Sudeste	72231	35
Sul	53142	26
Total	207.826	100

**IMPACTO NOS MUNICÍPIOS, NAS REGIÕES, NAS FAMÍLIAS E
NA VIDA DE CADA CIDADÃO QUE TEM ACESSO AO ENSINO
SUPERIOR DE QUALIDADE.**



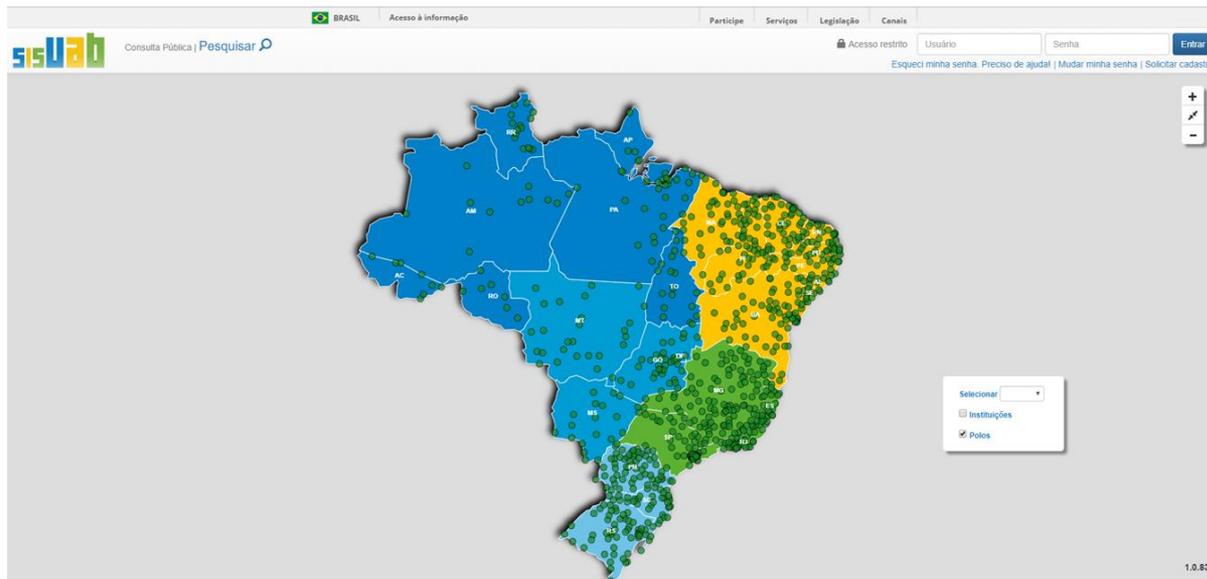
Estudantes Formados pela UAB



Fonte: SisUAB 2, em 31/05/2019.

Alunos Ativos na UAB

- 204.000
- 85% em cursos de Formação de Professores





Boletim Informativo dos Resultados da Pesquisa com os Estudantes do Sistema UAB

2017

Pergunta 3 - Atua como professor da Educação Básica



Estudo comparativo entre os dados da tabela pode-se observar que a região Sul (42,2%) foi onde registrou-se o maior percentual atuando como professores, seguido do Nordeste (40,4%), Norte (38,2%), Sudeste (35%) e Centro-Oeste (34,4%). este (11,1%) e Norte (10,9%).

	Se atua como professor da Educação Básica							
	Total	Sim	% que atuam na EB	Sim, na rede privada	Sim, na rede pública	Sim, nas redes pública e privada	Não	Não informado
Total	46.459	17.832	38,4%	1.574	15.086	1.172	27.776	851
Centro-Oeste	3.163	1.088	34,4%	100	923	65	2.012	63
Nordeste	12.374	5.002	40,4%	513	4.204	285	7.138	234
Norte	1.685	643	38,2%	32	586	25	1.010	32
Sudeste	18.034	6.304	35,0%	578	5.257	469	11.448	282
Sul	7.965	3.365	42,2%	221	2.929	215	4.489	111
Não informado	3.238	1.430	44,2%	130	1.187	113	1.679	129

Pergunta 6 - Recomenda o curso a alguém?



82% disseram que sim e 13,3% que sim, mas com ressalvas.

As maiores taxas de recomendações foram para as Regiões Sul (84,1%), Centro-Oeste (83,9%), Norte (83,8%), Sudeste (81,7%) e Nordeste (80,4%).

E as maiores taxas de ressalvas para as Regiões Nordeste (14,5%), Sudeste (14,2%), Sul (11,4%), Centro-Oeste (11,1%) e Norte (10,9%).

	Se recomenda o curso									
	Total	Sim		Sim, com ressalvas		Não		Não informou		
		Total	%	Total	%	Total	%	Total	%	
Total	46.459	38.094	82,0%	6.158	13,3%	1.243	2,7%	964	2,1%	
Centro-Oeste	3.163	2.654	83,9%	351	11,1%	84	2,7%	74	2,3%	
Nordeste	12.374	9.944	80,4%	1.791	14,5%	379	3,1%	260	2,1%	
Norte	1.685	1.412	83,8%	183	10,9%	48	2,8%	42	2,5%	
Sudeste	18.034	14.727	81,7%	2.557	14,2%	438	2,4%	312	1,7%	
Sul	7.965	6.701	84,1%	910	11,4%	209	2,6%	145	1,8%	
Não informou	3.238	2.656	82,0%	366	11,3%	85	2,6%	131	4,0%	

Universidade Aberta do Brasil

Inovação e Tecnologia – DED/CAPES

EduCapes

- Servidor de conteúdo que possibilita acesso universal a recursos educacionais abertos licenciados, voltados para qualquer tipo de atividade acadêmica em qualquer modalidade;

Mobilidade

- Homologação prévia da disciplina (homologação interinstitucional)
- Disponibilização de cursos em rede
- Ação em andamento

Editais de Inovação

- Provas Remotas (40/2017) - 5 projetos aprovados
- Jogos Educacionais (42/2017) - 11 projetos aprovados
- Acessibilidade (03/2018) - 6 projetos aprovados (03/2018)

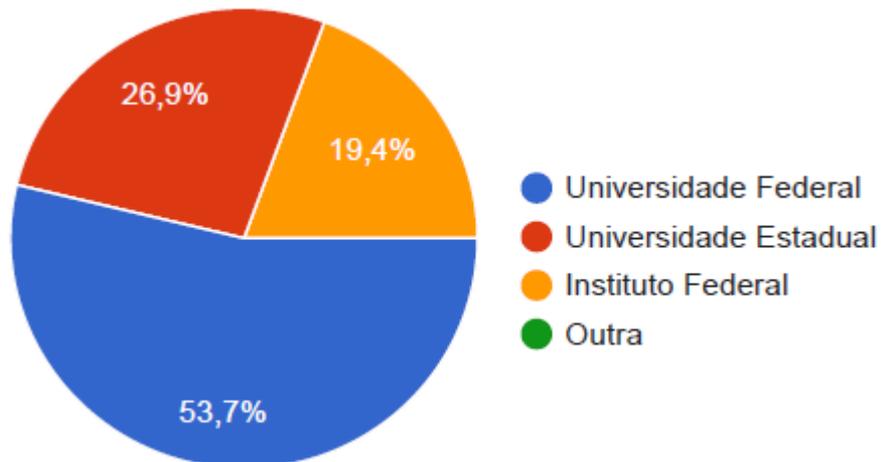
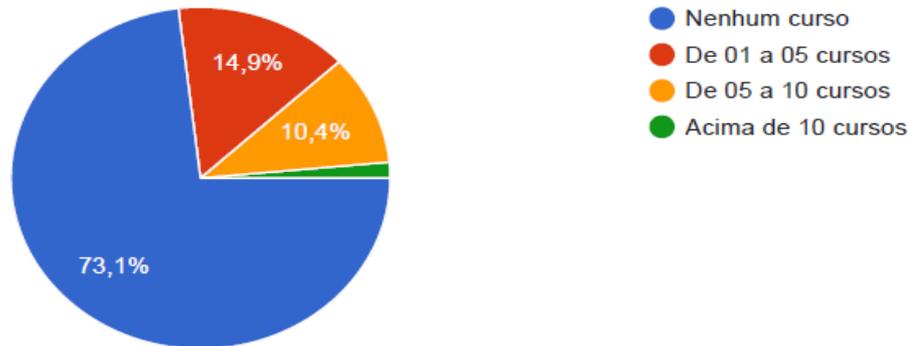
Módulo de Acolhimento

- Ação para a redução da evasão dos alunos da UAB
- Três disciplinas iniciais: Língua Portuguesa, Matemática e TICs

Pesquisa realizada com as IPES da UAB (TULLER, 2019)

Sua unidade gestora de EaD oferece cursos de graduação a distância, de forma institucionalizada, com professores concursados a esse fim:

67 respostas

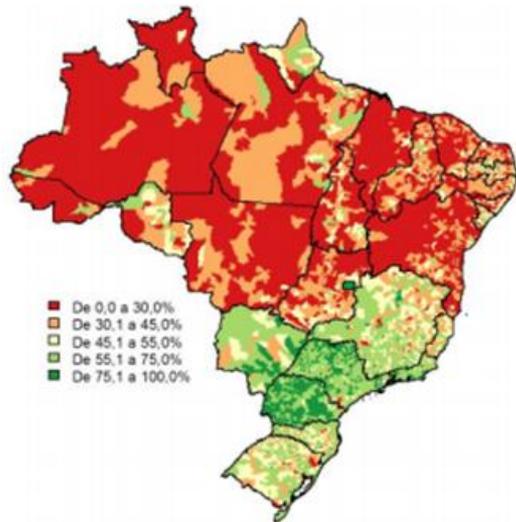


Política Nacional de Formação de Professores - Diagnóstico

Público-alvo prioritário:

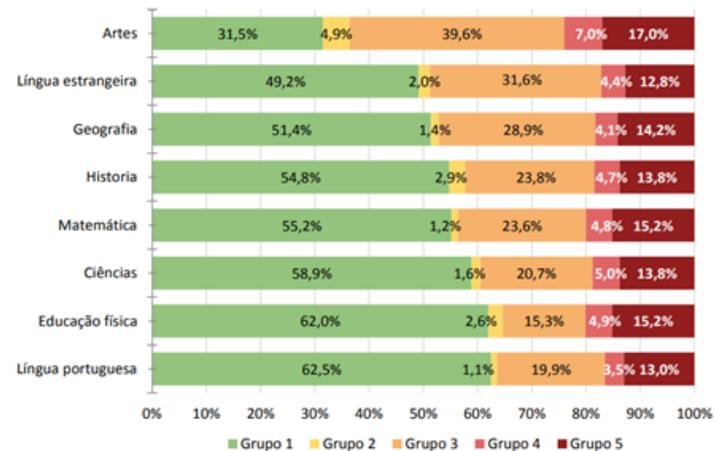
- Professores da Educação Básica dos Municípios interioranos; e egressos do Ensino Médio que desejam cursar licenciatura.

Mapa 16. Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador) nos anos finais por município – 2017



PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ANOS FINAIS

Indicador de Adequação da Formação Docente dos anos finais do ensino fundamental por disciplina - Brasil 2017



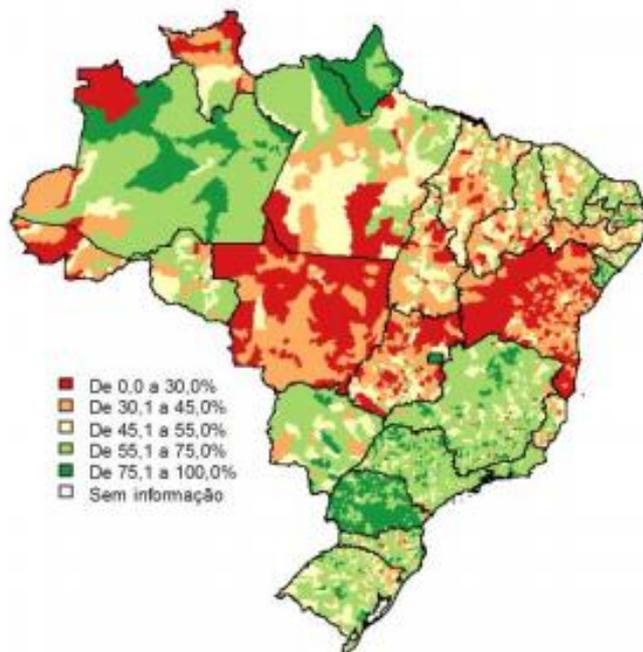
Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

Política Nacional de Formação de Professores - Diagnóstico

Público-alvo prioritário:

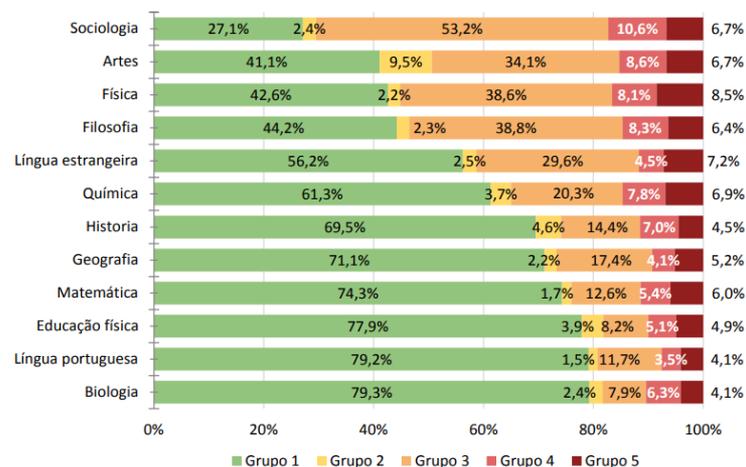
- Professores da Educação Básica dos Municípios interioranos; e egressos do Ensino Médio que desejam cursar licenciatura.

Mapa 17. Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação adequada (grupo 1 do indicador) no ensino médio por município – 2017



PROFESSORES DA EDUCAÇÃO BÁSICA – ENSINO MÉDIO

Indicador de Adequação da Formação Docente do ensino médio por disciplina - Brasil 2017



Grupo 1 - Percentual de disciplinas que são ministradas por professores com formação superior de licenciatura (ou bacharelado com complementação pedagógica) na mesma área da disciplina que leciona

Desafios: PNE – Lei 13.005/2014

EaD - estratégica para atingir metas do PNE

Metas 12, 15 e 16 do PNE

META 12: Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurando a qualidade da oferta.

(Falta de acesso ao Ensino Superior público da população dos municípios interioranos)

META 15: Garantir, em regime de colaboração entre a União, os estados, o Distrito Federal e os municípios, no prazo de um ano de vigência deste PNE, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/1996, assegurando-lhes a devida formação inicial, nos termos da legislação, e formação continuada em nível superior de graduação e pós-graduação, gratuita e na respectiva área de atuação.

META 16: Formar, até o último ano de vigência deste PNE, 50% dos professores que atuam na educação básica em curso de pós-graduação stricto ou lato sensu em sua área de atuação, e garantir que os profissionais da educação básica tenham acesso à formação continuada, considerando as necessidades e contextos dos vários sistemas de ensino.

Desafios

- Manutenção do fomento em programas previamente pactuados - UAB - ETEC entre outros e continuidade do Programa.
- Manutenção da infraestrutura dos nossos polos.
- Autonomia das Instituições em ofertas que contemplem diferentes modelos e concepções pedagógicas.
- Necessidade de estudos sobre questões institucionais - bolsas, encargos docente, gestão de recursos financeiros.
- Políticas de Estado *versus* Políticas de Governo.
- Hoje há um parque tecnológico espalhado por todo país e uma vasta equipe de profissionais capacitados, formados com elevado investimento público
- Oportunidades de espaços para discussão da EaD no parlamento (Grupos de trabalho, Comissões)
- Analisarmos ofertas e demandas existentes
- Discutirmos os programas existentes
- Discutirmos os indicativos de qualidade
- Analisarmos novos modelos de políticas de EaD no Brasil
- Participação em discussões de legislações que envolvam Educação a Distância
- Regulamentação dos 20% (40%) a distância nos cursos presenciais.

Desafios das IPES

- Sustentabilidade orçamentária, sem dependência de programas de governo
- Ofertas contínuas sem dependência de editais
- Regulamentações sobre os profissionais atuantes -> Direitos e deveres dos profissionais
- Criação de caminhos para que a EaD esteja inserida nas ações e políticas institucionais
- Modelo de financiamento contínuo e com parâmetros justos
- Mais autonomia das IPES para escolha das ofertas
- Legislação adequada para os profissionais envolvidos
- Estudos para melhoria dos indicadores de qualidade

Impactos da EaD na formação de professores

- Estratégia fundamental para o alcance das metas do PNE;
- O programa UAB Contribui significativamente para a Institucionalização da EaD nas IPES;
- A Educação mediada pelas Tecnologias Digitais de Informação e Comunicação promove avanços nos processos de ensino e de aprendizagem;
- O trabalho integrado e colaborativo em diferentes níveis do Governo otimiza o uso de recursos públicos e redimensiona a responsabilidade e os compromissos com a Educação;
- A valorização desses profissionais compreende a articulação entre formação inicial, formação continuada, carreira, salários e condições de trabalho.

DEMOCRATIZAÇÃO – INCLUSÃO – DESENVOLVIMENTO SOCIAL E ECONÔMICO

Institucionalização

- A institucionalização não é uma característica organizacional a ser
- aferida singularmente pelo binário “existente” ou “não existente”;
- configura-se, isso sim, por um *continuum* cujas coordenadas de posição revelam o nível de articulação dos processos que lhe dão forma. Em seu caráter processual, envolve a cristalização de conhecimentos, significados, valores e procedimentos, passando-se, organizacionalmente, do nível informal para o formal.

(Machado-da-Silva *et al.*, 2001).

- Gestão Sistêmica: pelos órgãos do governo federal;
- Gestão acadêmico-pedagógica e administrativa: IES

Dimensões da Institucionalização

1. PLANEJAMENTO – prospecção das políticas e dos procedimentos, garantia de orçamento, integração das modalidades, fortalecimento das estruturas colegiadas e processo contínuo de avaliação;
 2. ORGANIZAÇÃO-abrangência, legitimidade e qualidade acadêmica;
 3. INFRAESTRUTURA-física e tecnológica (recursos acadêmicos apropriados);
 4. PESSOAL -técnicos, docentes e profissionais multidisciplinares para a gestão;
 5. SERVIÇOS AO ESTUDANTE - garantia de plena participação nas instâncias institucionais representativas, no acesso aos suportes acadêmicos e pedagógicos, auxílios e serviços.
- As políticas [de institucionalização] fornecem uma estrutura para o funcionamento da educação a distância. Elas constituem um conjunto de regras consensuadas que indicam papéis e responsabilidades.

• (FERREIRA, 2015, p.231)

- DESENVOLVIMENTO DE REGRAS, POLÍTICAS E PROCEDIMENTOS
 - PROCESSO PROGRESSIVO E CONTÍNUO

Desafios

1. Necessidade de implementar políticas que favoreçam a ampliação da atuação garantindo a qualidade dos cursos;
 -
 - 2. Planejamento estratégico precedido por uma reflexão aprofundada sobre algumas questões relacionadas à viabilidade do projeto, tais como:
 - Quais são as condições concretas de implantar essa proposta?
 - Qual é a proposta para as atividades presenciais?
 - Quais são os recursos disponíveis?
 - Qual a capacidade atual do sistema informatizado da Instituição?
 - Que ambientes virtuais de aprendizagem seriam disponibilizados inicialmente?
 - Quais são os critérios para definir os cursos e/ou disciplinas que comporão o projeto?
 - De que modo envolver os sujeitos dessa ação em cursos de capacitação?
 - Os currículos serão analisados em relação ao uso das TDIC?
 - Quais serão as formas de acompanhamento e avaliação das experiências?
 - Qual é a acessibilidade dos alunos à internet?

Quebra de paradigmas

- Muitas dificuldades se fazem já sentir para mudanças no ensino superior: os professores tendem a encarar com desconfiança e resistência a introdução de inovações tecnológicas em suas práticas, em geral reagem negativamente à mudança [...]. A formação continuada e o envolvimento em equipes de projetos inovadores poderão contribuir fortemente para as mudanças no papel e nas mentalidades do corpo docente das Instituições de Ensino Superior (BELLONI, 2009, p.107).

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- **Decreto 5622/2005 – Regulamenta o art. 80 da Lei nº 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.**
- **Diretrizes e Normas Nacionais para oferta de programas e Cursos de Educação Superior na modalidade a Distância – Resolução 01-CNE, de 10/03/2016.**
- **Decreto Nº 9.057, de 25 de maio de 2017-Novo Marco Regulatório da EaD (Revoga o Decreto 5.622, de 19 de dezembro de 2005).**
- **Portaria Normativa Nº 11, de 20 de junho de 2017*.**

Estabelece normas para o credenciamento de instituições e a oferta de cursos superiores a distância, em conformidade com o Decreto no 9.057, de 25 de maio de 2017.

(*) Republicada por ter saído no DOU nº 117, de 21-6-2017, Seção 1, páginas 9 a 11, com a sequência incorreta dos artigos.

- **PORTARIA Nº 102, DE 10 DE MAIO DE 2019**, que regulamenta o Art. 7º da Portaria CAPES nº 183, de 21 de outubro de 2016, que prevê a realização de processo seletivo com vistas à concessão das bolsas UAB criadas pela Lei nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

Referências Bibliográficas

BELLONI, Maria Luiza. *Educação a Distância*. 6ª Ed. Campinas, SP: Autores Associados, 2009.

BRASIL. MEC. Decreto nº 5.800, de 08 de junho de 2006. Dispõe sobre o sistema Universidade Aberta do Brasil (UAB).

BRASIL. MEC. Decreto nº 9057, de 25 de maio de 2017. Regulamenta o Artigo 80 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional.

BRASIL. MEC. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). Censo da educação Superior: notas estatísticas - 2017. Disponível

em: <http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf> Acesso em: mar. de 2019.

BRASIL. MEC. Universidade federal de Goiás (UFG). PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional - 2018/2022. Disponível em: https://secplan.ufg.br/up/1094/o/PDI-UFG_Plano_de_desenvolvimento_institucional.pdf?1540505477

FERREIRA, M.; CARNEIRO, T.C.J. 2015. A institucionalização da educação a distância no ensino superior público brasileiro: análise do sistema Universidade aberta do Brasil. Porto Alegre, Educação Unisinos, volume 19, número 2, maio/agosto 2015, p. 228-243.

MACHADO DA SILVA, C.L.; FILHO, E.R.G.; NASCIMENTO, M.R.; OLIVEIRA, P.T. 2001. Formalismo como mecanismo institucional coercitivo de processos relevantes de mudança na sociedade brasileira. *In*: Encontro Nacional ANPAD, 25º, Foz do Iguaçu, 2001. *Anais...* ANPAD [CD-ROM].

MILL, D. 2011. Virtudes e dificuldades da Universidade Aberta do Brasil (UAB): uma breve análise. *In*: F. LITTO; M. FORMIGA, *Educação a distância: estado da arte*. 2ª ed., São Paulo, Pearson, p. 280-291.